



CÂMARA em REVISTA

INFORMATIVO MENSAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE NITERÓI

Ano I - nº 7
outubro de 2011

Codecon firma parceria com ANS

A Coordenadoria de Defesa do Consumidor fechou um acordo de cooperação técnica com a ANS para melhor fiscalizar a atuação dos planos de saúde. **Página 15**

Palestra para ajudar pais a educar filhos

A equipe multidisciplinar da Divisão Médica da Câmara promove a palestra "Soluções para pais de adolescentes", dia 4 de novembro, às 19h, no plenário. **Página 14**

Conselheiros Tutelares tomam posse dia 10

Em cerimônia na Câmara, os 15 conselheiros tutelares eleitos em setembro vão tomar posse dia 10, às 17h, para cumprirem um mandato de três anos (de 2012 a 2014). **Página 14**

Jornalistas defendem o diploma

O Encontro Estadual de Assessores de Comunicação se encerrou recomendando a obrigatoriedade do diploma e a criação de Secretarias de Comunicação Social. **Página 5**



O presidente da Câmara, Paulo Bagueira, e a Mesa Diretora levam a plenário proposta do conjunto de vereadores para voltar a 21 cadeiras

Número de vereadores volta a 21

A Câmara de Niterói voltará a ter 21 vereadores, a partir de 2013. A decisão foi levada ao plenário através de mensagem da Mesa Diretora e o número de cadeiras a serem disputadas na próxima eleição ficou definido pelo conjunto de vereadores durante reuniões com a presidência do Legislativo. Segundo a legislação eleitoral, o município poderia ter até 25 legisladores, mas preferiu-se manter a Casa com o mesmo número de há sete anos. Paulo Bagueira, presidente da Câmara, disse que a decisão foi a mais acertada e garantiu que não haverá gastos adicionais de recursos. A votação baseou-se na Emenda Constitucional 58, que devolveu aos municípios o direito de modificar a Lei Orgânica e definir o número de seus representantes no Legislativo local. **Páginas 2 e 3**

Orçamento da Prefeitura prevê arrecadar R\$ 1,4 bi

A Lei Orçamentária Anual (LOA) enviada à Câmara para aprovação pelo prefeito Jorge Roberto Silveira prevê uma arrecadação de R\$ 1,4 bilhão em 2012. Antes de ser votada pelos vereadores, a LOA ainda deverá ser submetida a três audiências públicas, nas quais a sociedade poderá apresentar emendas ao texto

legal que serão avaliadas pela Comissão de Finanças e Orçamentos, à luz da Constituição Federal. Segundo a previsão da prefeitura, daquele total serão investidos cerca de R\$ 282 milhões em Saúde, seguidos de R\$ 219 milhões em Educação, e R\$ 206 milhões em Urbanismo. **Página 15**

Câmara Municipal de Niterói

Comissões Permanentes:

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Rodrigo Farah
Vice-presidente: Renato Cariello
Membros: Carlos Alberto Magaldi,
Leonardo Giordano e Roberto
Fernandes Jales (Beto da Pipa)

Comissão de Finanças e Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte

Presidente: Carlos Macedo
Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)
Membros: Sergio Fernandes, Waldeck
Carneiro e Emanuel Rocha.

Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos

Presidente: Roberto Fernandes Jales
(Beto da Pipa)
Vice-Presidente: Carlos Macedo
Membros: Renato Cariello, Rodrigo Farah e
José Vitor Bissonho Júnior

Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Presidente: Edgar Foly (Licenciado) -
José Antonio Toro Fernandes
Zaff (presidente)
Vice-Presidente: Roberto Jales (Beto da Pipa)
Membros: Carlos Macedo, Milton Carlos
Lopes (CAL) e Padre Wilde Ricardo

Comissão de Educação e Cultura

Presidente: José Vitor Bissonho Júnior
Vice-Presidente: Waldeck Carneiro
Membros: Sergio Fernandes, Carlos
Macedo e Padre Wilde Ricardo

Comissão Administração, Estatística e Servidores Públicos

Presidente: José Augusto Vicente
Vice-Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas
Membro: João Gustavo

Comissão de Saúde e Desenvolvimento Social

Presidente: João Gustavo

Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Presidente: Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal
1º Vice-presidente: Carlos Alberto Pinto Magaldi
2º Vice-presidente: Padre Wilde Ricardo
1º Secretário: Emanuel Rocha
2º Secretário: Sergio Fernandes

Vice-Presidente: Gezivaldo R. de Freitas
(Renatinho)

Membros: Emanuel Rocha, Rodrigo Farah
e Waldeck Carneiro

Comissão de Ciência e Tecnologia e Formação Profissional

Presidente: Waldeck Carneiro
Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)
Membro: Sergio Fernandes

Comissão de Esporte, Turismo e Lazer

Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas
Vice-Presidente: Gezivaldo R. de Freitas
(Renatinho)
Membro: Carlos Alberto P. Magaldi

Comissão de Segurança Pública e Controle Urbano

Presidente: Renato Cariello
Vice-Presidente: Carlos Alberto P. Magaldi
Membro: José Augusto Vicente

Comissão de Direitos Humanos, da Criança, do Adolescente, do Idoso, da Mulher e da Pessoa com Deficiência

Presidente: Gezivaldo Ribeiro de Freitas
(Renatinho)
Vice-Presidente: Padre Wilde Ricardo
Membros: Luiz Carlos Gallo de Freitas,
José Vitor Bissonho Júnior e Waldeck
Carneiro

Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas

Presidente: André Diniz (Licenciado) -
Leonardo Giordano (presidente)
Vice-Presidente: José Augusto Vicente
Membro: Milton Carlos Lopes (CAL)

Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval

Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)
Vice-Presidente: Renato Cariello
Membro: Waldeck Carneiro

21 vereadores

Após nove anos a Câmara de Niterói vai voltar a ter 21 vereadores, a partir de 2013. A decisão foi concretizada através de mensagem da Mesa Diretora votada e aprovada em plenário pelos vereadores. A mudança obedeceu o que determina a Emenda Constitucional 58, que devolve às Casas Legislativas a obrigação de decidir sobre o número de legisladores em cada um dos 5.565 municípios brasileiros.

Na avaliação do presidente Paulo Bagueira, a decisão foi a mais acertada. "Não haverá gastos adicionais de recursos. Em 2004, quando o Poder Judiciário reduziu o número de cadeiras para 18, não houve corte financeiro. Dessa vez tivemos primeiro uma redução no orçamento e, em seguida, nos foi dada a missão de decidir. Não poderíamos fugir de nossa responsabilidade. Vamos adequar a Casa à nova realidade. O conjunto de vereadores optou pelo retorno das 21 cadeiras e o plenário assim decidiu", ressaltou Bagueira.

Segundo análise do procurador-geral da Câmara, Gastão Menescal, que elaborou estudo detalhado para servir de base aos vereadores, a decisão teve que ser tomada agora por conta da legislação eleitoral.

— No nosso entender, a grande alteração em relação ao tema é que a emenda constitucional, além de retirar o critério da proporcionalidade, antes definitivo, fixou apenas o limite máximo. O texto não fornece parâmetros, antes existentes no texto constitucional, para as situações intermediárias ou iniciais. Ou seja, poderíamos chegar até 25. É importante destacar que o princípio da anualidade prevê que qualquer modificação nas regras eleitorais deva ser tomada um ano antes das próximas eleições. Não poderíamos ficar postergando a decisão — disse o procurador-geral.

Menescal lembra que antes da promulgação da

Avenida Emani do Amaral Peixoto nº 625 Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-073

Tel: (21) 3716-8600 - www.camaraniteroi.rj.gov.br

Informativo mensal da Câmara de Vereadores de Niterói

Assessoria de Comunicação Social (jornalista responsável: Vinícius Martins)

Criação: Identgraf Design e Impressos Ltda

Editor: Gilberto Fontes - Textos: Eduardo Garnier - Fotos: Sérgio Gomes e Arquivo da Câmara

Câmara aumenta número de representantes do povo



O conjunto de vereadores optou por aumentar em três cadeiras na legislatura que começará em 2013 e o plenário aprovou a medida de acordo com a Emenda Constitucional 58

‘A Constituição devolveu à Câmara o direito de alterar a Lei Orgânica’

Procurador Gastão Menescal

emenda, os municípios tinham direito a um mínimo de nove e um máximo de 21 legisladores nas cidades com até um milhão de habitantes. Até cinco milhões esse número

variava entre 33 e 41 vereadores. O teto chegava a 55 nos lugares com mais de cinco milhões. “A Constituição da República, agora, devolveu aos legislativos municipais o direito de modificar a Lei Orgânica e definir o número de seus vereadores”, ressaltou Gastão Menescal.

Em 30 de agosto, uma audiência pública convocada para debater o tema com a sociedade foi interrompida pela invasão do plenário por integrantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe)

e por professores em greve. Como não havia mais tempo hábil para convocação de outra audiência, a decisão teve que ser tomada internamente pelos vereadores. Na primeira votação em plenário do projeto que modificou a Lei Orgânica Municipal, apenas o vereador Gezivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho, votou pela manutenção do total de 18 cadeiras. O vereador Vitor Junior faltou à sessão; Paulo Bagueira, que presidiu a mesa, só vota em caso de empate; e os demais 15 vereadores presentes votaram favoravelmente pela volta dos 21.



Escola técnica em busca de espaço



Felipe Peixoto, Raimundo Romeo, Luiz Edmundo Aguiar, Waldeck Carneiro, Fernando Gusmão, Rodrigo Neves e Chico D'Ángelo na audiência pública sobre a implantação de uma escola técnica em Niterói

No Brasil, 68 milhões de pessoas têm apenas o ensino fundamental, sendo metade delas consideradas analfabetas funcionais. Os dados foram apresentados pelo professor Luiz Edmundo Aguiar, representante do Ministério da Educação, na audiência pública realizada pela Câmara de Vereadores para discutir o melhor local para instalar em Niterói um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifect). Segundo ele, a educação no país nunca foi pensada de forma global e sistêmica. “Agora temos a oportunidade de mudar isto”, assegurou.

— Não podemos correr o risco de perder novamente o momento histórico para a educação por falta de ação — destacou o vereador Waldeck Carneiro, que presidiu a audiência.

Para o deputado federal Chico D'Ángelo (PT-RJ) a mudança trazida pelas escolas federais é visível por onde passa. “O salto de

qualidade conseguido por municípios que visitei após a implantação das unidades é muito grande. A expansão do programa federal foi uma decisão acertada da presidente Dilma e uma vitória de Niterói”, disse.

Na avaliação do secretário municipal de Ciência e Tecnologia, Raymundo Martins Romeo, formar técnicos é primordial. “O Brasil não precisa apenas de doutores, mas também de técnicos especializados. Para a implantação da escola técnica teremos o apoio da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) o que, a meu ver, é vital para seu sucesso”, ressaltou o secretário.

Além dos já citados, também compareceram os secretários de estado Rodrigo Neves e Felipe Peixoto, respectivamente, de Ação Social e Direitos Humanos; e de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca; o reitor da UFF, Roberto Salles; o reitor da UFRJ, Fer-

nando César Gusmão; o representante da Firjan, Caio Márcio Tinoco; e os vereadores Carlos Magaldi, João Gustavo, e Geivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho.

— Que tipo de técnico deverá ser formado? Indagou César Gusmão. “Queremos ouvir a sociedade organizada, as universidades locais, a Câmara de Vereadores, as indústrias e demais segmentos para visualizar claramente quem e como devemos formar. O que o Estado e o Município apontam como áreas de desenvolvimento para os próximos anos? Em 2010 tivemos um déficit de 270 mil técnicos, mas temos que formar na direção correta”, disse o reitor.

A primeira audiência pública sobre o tema foi em abril, presidida pelo vereador Vitor Junior. No mesmo mês a luta evoluiu para uma ida a Brasília, com a presença do vereador Paulo Bagueira, presidente do Legislativo.

Saúde e segurança de estudantes em pauta

A preocupação com as atividades e o comportamento das crianças, jovens e adolescentes tem sido marca do mandato do segundo secretário da Mesa Diretora, vereador Sérgio Fernandes, que nos últimos dois anos apresentou propostas para tornar mais seguro, saudável e livre de interferências nocivas o ambiente escolar. Em 2010, fez um projeto de lei proibindo o uso das pulseiras coloridas (conhecidas como pulseiras do sexo) na rede municipal, estadual e particular do município.

— Naquela época esses adereços viraram moda entre os adolescentes. Só que faziam parte de um jogo onde cada cor de pulseira representava um apelo sexual e quando ela era arrebatada por alguém, o dono do acessório era obrigado a realizar a tarefa



Sérgio Fernandes

correspondente àquela cor. Minha intenção com o projeto foi fazer com que os professores promovessem reuniões com os pais dos alunos para orientá-los com relação a questões sexuais — explica Fernandes.

Outra iniciativa que mereceu elogio dos educadores foi a que visa proibir o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou qualquer outro produto derivado do tabaco nas escolas e instituições de ensino superior da cidade (projeto de lei 43/2011). “Preservar um ambiente saudável, sem a presença das substâncias tóxicas do fumo nas escolas contribui com as leis já existentes nos âmbitos federal e estadual que alertam quanto à nocividade do fumo”, diz o vereador Sérgio Fernandes.



O jornalista Ernesto Viana abre o encontro ao lado do vereador Paulo Bagueira e de José Haddad, da Neltur

A volta da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão de jornalista, a criação de Secretarias de Comunicação Social, a abertura de concursos públicos para assessores, e a melhoria dos cursos de Comunicação, entre outras propostas, estão inseridas na Carta de Niterói, redigida durante o II Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação. Realizado em setembro na Câmara de Vereadores, reuniu mais de 150 profissionais das áreas públicas e privadas.

O presidente do Legislativo niteroiense, Paulo Bagueira, que fez parte da mesa de abertura do encontro, destacou a impor-

tância do evento. “Uma boa relação com a comunidade, com outros poderes constituídos e com os diversos segmentos sociais, só se faz com o respaldo dos profissionais da comunicação. Fiquei feliz em participar da abertura do Encontro e nossa Casa está sempre à disposição de qualquer categoria profissional para debates, seminários, exposições e palestras”, disse Bagueira.

Aberto pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, Ernesto Viana, contou também com a participação do presidente da Niterói Esporte, Lazer e Turismo (Neltur), José

Assessor de imprensa só com diploma

Haddad, e foi organizado, além de Mario Sousa, por Continentino e Fernando Paulino. A plenária também aprovou moções de aplauso para os colegas Assueres Barbosa, Carlos Ruas e Lou Pacheco.

A Carta de Niterói e suas propostas serão levadas para o Encontro Nacional da categoria em outubro, em Natal (RN). A plenária também elegeu os delegados titulares e suplentes que vão ao Nordeste para o debate a nível nacional. Outra proposta definida no Encontro foi a abertura de diálogo permanente entre professores, estudantes e profissionais de Comunicação Social para troca de informações.

Conselho do Idoso muda seu regimento

A adequação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, criado há 11 anos, às diretrizes do Conselho Nacional, ligado à área dos direitos humanos, está sendo discutida na Câmara de Vereadores. Em 2025 seremos o sexto país com população mais envelhecida no mundo e Niterói, por conta dos avanços conseguidos em diversas frentes, segue a tendência nacional.

Em audiência pública dia 8 de setembro, Vilma Câmara, atual presidente do Conselho do Idoso, disse que “o regimento interno precisa ser alterado para aumentar sua composição. O ideal é que tenhamos nove integrantes do governo e nove de entidades representativas. A divisão das cadeiras não pode mais ser representada por secretarias, mas sim por áreas de atuação dentro da estrutura. Outro ponto fundamental para o qual contamos com a ajuda da Câmara, diz respeito ao Fundepi (Fundo para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa). Foi um avanço já termos nosso fundo, mas até hoje ele não foi regulamentado”, disse Vilma.

Propostas pela mensagem-executiva 14/2011, as mudanças nas regras do Conselho estão sendo analisadas pela Comissão do Idoso da Câmara, presidida pelo vereador Gezivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho,



Rafael Francisco, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas

e da qual são membros os vereadores Padre Ricardo (vice-presidente), Luiz Carlos Gallo, Vitor Junior e Waldeck Carneiro.

— Faremos reuniões da Comissão com o Conselho para buscar soluções. Embora reconhecendo que a criação desse instituto em defesa dos idosos foi um avanço, o desrespeito ainda é muito grande. É difícil andar nas calçadas, pegar um ônibus, entrar numa repartição pública ou privada e até mesmo ter momentos de lazer — diz o vereador Renatinho.

Para a vice-presidente do Conselho, Ana Wagner, a violência é silenciosa. “Ela ocorre dentro de casa em larga escala e independe de condição social. Somos um dos conselhos mais antigos do país e nossa representatividade precisa ser alterada. O assento de pessoas ligadas à área de direitos humanos é vital, não podemos ir na contramão do Conselho Nacional”, explicou.



Taxista auxiliar quer ter autonomia

A Comissão de Transportes da Câmara de Vereadores, presidida pelo vereador Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, recebeu um grupo de taxistas auxiliares que querem emissão de mais autonomias em Niterói. Depois de saírem em passeata apitando pelas ruas do Centro, foram para o plenário e, por determinação do presidente Paulo Bagueira, foram recebidos no Gabinete da Presidência pelos vereadores João Gustavo, Milton Cal, Renato Cariello e Waldeck Carneiro. A iniciativa resultou em que a categoria cancelasse a realização de nova passeata.

— Fizemos uma reunião com a categoria na mesma noite, fomos ao prefeito expor as an-



Beto da Pipa, João Gustavo e Renato Cariello reunidos com representantes dos taxistas auxiliares

gústias dos motoristas e novamente conversamos com os taxistas. Ficou acertado que eles farão um esboço do projeto que desejam e o apresentarão à Comissão de Transportes. A partir daí, vamos tentar um consenso para apresentação da proposta final — explicou Beto. Também fazem parte de Comissão de Transportes os vereadores Carlos Macedo, na vice-presidência; e Rodrigo Farah e Vitor Junior como membros.

Segundo Sandro Moura, presidente da Associação Niteroiense dos Taxistas Auxiliares, a intermediação da Câmara foi produtiva. “Já começamos a elaborar o projeto baseado em experiências positivas implantadas em

outras cidades. Vamos apresentar aos vereadores e acredito que será bom para a cidade e para os taxistas auxiliares”, disse ele.

O chamado auxiliar é aquele que dirige (podendo até ser proprietário do carro), mas não detém a autonomia. “Queremos uma parceria com a Prefeitura, por isso pedimos ajuda aos vereadores para que um cadastro de auxiliares possa ser elaborado. Na nossa avaliação a cidade precisa de, pelo menos, 200 novas autonomias imediatas. A frota está envelhecida e não há interesse dos proprietários na renovação”, destaca Moura. De acordo com os auxiliares a cidade tem hoje 1.906 autonomias.

Som em ônibus só com fones de ouvido

Dentro dos ônibus que circulam na cidade é comum passageiros com aparelhos celulares e rádios tocando música, mas na maioria das vezes em volume alto que incomoda outras pessoas. Para disciplinar o uso de aparelhos de som nos ônibus o vereador Rodrigo Farah propôs o projeto de lei 264.

— Pelo projeto fica proibido o uso de aparelhos sonoros ou musicais pelos passageiros dentro dos ônibus municipais, a menos que utilizem fone de ouvido. Estamos tentando impor limites, não proibir aleatoriamente — explica Farah.

Dentre os passageiros de ônibus, a maioria se sente incomodada com o som alto. A enfermeira Carla de Souza Ribas, 43 anos, moradora do Fonseca, diz que, pela manhã e à noite, quando vai ou está vol-



Rodrigo Farah

tando do trabalho, “algumas pessoas sem a menor educação ouvem músicas de gosto duvidoso num volume fora dos padrões. Apoio essa lei” — diz Carla Ribas.

O advogado José Vieira Fushicall, 56, que faz o trajeto da Região Oceânica para o Centro todo dia, vai além. “A iniciativa é positiva, mas não deve se limitar aos passageiros. Alguns motoristas,

também obrigam as pessoas a ouvirem músicas ou programas religiosos”, disse.

O vereador lembra a existência da cartilha “Passageiro conheça seus direitos e deveres”, produzida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). No campo dos deveres, três dispositivos embasam a proibição proposta pelo projeto de Farah: o comprometimento da segurança; o conforto ou a tranquilidade dos demais passageiros; o uso de aparelho sonoro, depois de advertido pela tripulação do ônibus; e a demonstração de comportamento inadequado. As empresas e os passageiros estarão sujeitos à multa e advertência. Se o passageiro não usar fones de ouvido ou desligar o aparelho, deverá ser convidado a se retirar do veículo e, em caso de resistência, ser pedida a intervenção policial.

Auditório Cláudio Moacyr em obras



As cadeiras vão ter estofamento novo e será instalado novo sistema de som e vídeo na sala onde se reúnem as comissões

A Divisão Administrativa da Câmara de Vereadores está reformando o Auditório Cláudio Moacyr. Localizado no segundo andar do Legislativo niteroiense, ali se reúnem as 13 comissões permanentes, são realizadas audiências públicas, eventos sociais, palestras e uma série de outras atividades.

— Aplicamos sinteco em todo o piso, demos nova pintura geral e trocamos a forração das cadeiras. Todo o trabalho foi feito por funcionários da conservação e limpeza da Câmara — afirmou o diretor da Divisão, Fernando Ramos, que também responde pelo Controle de Bens.

Nos próximos meses serão adquiridos equipamentos como uma TV de 55 polegadas, um aparelho de videocassete, um DVD e toda a parte de som será reformulada. “O presidente Paulo Bagueira determinou que fizéssemos melhorias com o mínimo de gastos. Alguns vereadores reclamavam da estrutura precária e, agora, vai ficar bem melhor”, disse Ramos.

Um ramal telefônico para facilitar a comunicação com os gabinetes também foi instalado. Na parte externa, 45 lâmpadas foram trocadas no hall de entrada principal e dois refletores foram instalados nas laterais da escadaria de acesso ao prédio histórico.

Quem é o patrono

O nome do auditório é uma homenagem a Cláudio Moacyr de Azevedo, que morreu em 1997, aos 62 anos. Natural de Macaé, era formado em Direito, atuou como advogado e foi procurador do estado. Antes, fora secretário-geral da União Fluminense dos Estudantes e presidente do Diretório Central da UFF.

Em 1967 foi empossado como prefeito de Macaé. Elegeu-se deputado estadual em 1970, sendo líder da oposição na Alerj. Eleito pelo MDB para a Constituinte Estadual, em 1974, foi líder do partido e depois presidente da Alerj. Reelegeu-se em 1978, 1982 e 1987.

Comissão apresenta relatório da Saúde

Depois de visitar todos os hospitais, policlínicas, módulos do Programa Médico de Família, cemitérios e demais equipamentos públicos de saúde da cidade, tanto da Área Hospitalar, como da Atenção Básica, a Comissão de Saúde e Desenvolvimento Social da Câmara de Vereadores, presidida pelo vereador João Gustavo, produziu um relatório que já foi entregue ao presidente do Legislativo, Paulo Bagueira. Cópias serão encaminhadas ao Executivo, às autoridades de saúde estaduais e da União, e aos segmentos da sociedade civil envolvidos com a saúde pública. Também integram a Comissão os vereadores Gezivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho (vice-presidente), e Emanuel Rocha, Rodrigo Farah e Waldeck Carneiro, como membros efetivos.

No dia 4 de outubro, o vereador João Gustavo presidiu a audiência pública em que a Fundação Municipal de Saúde prestou con-

tas referentes ao primeiro e segundo trimestre de 2011. Entre outras autoridades municipais ligadas à área de Saúde, esteve presente o subsecretário Roberto Carlos de Brito Barcellos, representando o secretário Euclides Bueno.

— Aproveitei a oportunidade para entregar ao subsecretário o relatório elaborado pela Comissão. Não nos preocupamos apenas em apontar problemas, também elencamos uma série de sugestões que podem ser de grande valia para a melhoria do serviço. Uma das situações mais graves que encontramos continua sendo o estado precário do Hospital Municipal Orêncio de Freitas, no Barreto, que ainda corre o risco de fechar — disse João Gustavo.

Ao todo, além de fotografias e filmagens, a Comissão gravou mais de 20 horas de depoimentos ouvindo a opinião dos profissio-

nais de saúde e da população atendida em cada unidade. Foram verificadas as condições gerais dos prédios, acesso para deficientes físicos, conservação dos equipamentos, oferta de medicação, sua validade e condições de armazenamento e o quadro funcional.

CEMITÉRIOS

A Câmara de Vereadores começa a analisar uma mensagem encaminhada pelo prefeito Jorge Roberto Silveira (22/2011) que altera dois artigos da Lei Orgânica Municipal (LOM). Em sua justificativa, o prefeito argumenta que a medida se faz necessária “tendo em vista a urgente necessidade de modernização, informatização e aquisição de equipamentos” para os três cemitérios administrados pelo município, “possibilitando um salto de qualidade na prestação dos serviços funerários à população, a par dos poucos recursos orçamentários para arcar com novos investimentos no setor”.



NO PLENÁRIO



Bagueira (PPS)

Paulo Roberto de Mattos Bagueira Leal acompanha o trâmite regimental do projeto de lei 258/2011, de sua autoria. A proposta é para que sejam implantados sistemas eletrônicos de alarme sonoro e luminoso para detectar vazamento de gás liquefeito de petróleo e similares em centros comerciais, restaurantes, bares, lanchonetes, cozinhas industriais, hotéis, centrais de distribuição de gás encanado, lavanderias a gás, e demais estabelecimentos comerciais ou industriais que revendam ou façam uso de gás liquefeito de petróleo ou similares.

“Este projeto de lei busca minimizar os riscos de explosões provocadas por vazamento de gás, notadamente em ambientes onde se concentram grande número de pessoas”, explica o vereador Paulo Bagueira.

Em setembro, o vereador entregou uma Moção de Aplausos ao estudante Gabriel Augusto Porto Monico, de 12 anos, aluno da 8ª série do ensino fundamental do Instituto Abel. Gabriel é atleta federado do Flamengo, clube pelo qual conquistou o 1º lugar nos 200 metros peito e o 3º no geral de sua bateria no Circuito Estadual Infante-Juvenil 2011.

2613-6765

Gabinete 20

vereadorbagueira@gmail.com



Beto da Pipa (PMDB)

Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, teve intensa atividade parlamentar durante nos meses de agosto e setembro. Com apoio da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda, promoveu a Caravana do Trabalho no Largo da Batalha.

O evento, realizado durante todo o dia na Rua Jornalista Sílvia Thomé, na antiga sede da Acadêmicos do Cubango, ofereceu os serviços de emissão de primeira e segunda via de carteiras de trabalho; fotografias 3 x 4 para documentos e emissão de cadastro do trabalhador.

O vereador também apresentou indicações legislativas, entre elas a 1.719/2011, que pede ao Poder Executivo a construção de um caminho para acesso de moradores, na Rua João Silvestre Martins, em frente à Oficina do Parque, no Maceió.

“Este pedido visa atender a reclamação de moradores visto que, desde as chuvas de abril de 2010, a parte final da rua desabou e foi improvisada uma ponte que está em péssimas condições, oferecendo sérios riscos aqueles que por ali transitam”, explicou Beto da Pipa em sua justificativa. O vereador é presidente da Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras da Câmara.

2620-3179

Gabinete 87

betodapipa@yahoo.com.br



Cal (PP)

Milton Carlos da Silva Lopes, o Cal, aguarda parecer das comissões permanentes na análise do projeto de lei 250/2011. Pela proposta a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade fica obrigada a fornecer certidões no prazo máximo de 30 dias, desde que, no ato da solicitação pelo interessado, não haja nenhuma exigência ou pendência.

“A demora no fornecimento de certidões aos contribuintes por esta Secretaria vem prejudicando as empresas situadas no município no processo de participação em concorrências públicas”, explica o vereador Cal.

Ele também apresentou o projeto de lei 251/2011 proibindo, quando da emissão de certidão negativa de tributos municipais pela Prefeitura, a citação das palavras “Sob Ação Fiscal”. O artigo primeiro do projeto ressalta que a pessoa jurídica está inicialmente sob fiscalização, portanto, não existindo nenhuma irregularidade até o término das investigações. “As empresas sofrem constrangimento e ficam também impossibilitadas de participar de concorrências públicas, o que causa enormes prejuízos financeiros”, disse.

2622-2911

Gabinete 36

vereadorcalcamaradeniteroi@yahoo.com.br



Carlos Macedo (PRP)

Carlos Alberto de Macedo apresentou indicações legislativas solicitando melhorias para os bairros do Sapê, Largo da Batalha e Santa Rosa. Pela indicação 1.790/2011, solicita pavimentação e drenagem da Rua Mário Caldas, antiga Rua C, na localidade de Poço Largo, no Sapê. Em sua justificativa informa que a obra foi muito solicitada pela comunidade local, face ao “precário estado em que se encontra a via, sendo impossível a passagem de veículos e moradores no local, em dias de chuva”.

Já pela indicação 1.642/2011 pede à Prefeitura a instalação de sinal luminoso, com redutor de velocidade para 60 quilômetros, na Rua Leonor da Glória, em frente à Rua Leopoldo Muylaert, no Largo da Batalha. Segundo moradores, ali têm acontecido atropelamentos que resultam em morte.

Em outra solicitação, a de número 1.488/2011, mostrou a necessidade de ser feita a pavimentação e drenagem da Rua Alameda do Vale, com entrada pela Garganta, no bairro de Santa Rosa. A justificativa é que o local se encontra em precário estado, sendo impossível à passagem de pessoas e veículos em dias de chuva.

2613-6814
Gabinete 50
carlosmacedo1@oi.com.br



Emanuel Rocha (PDT)

Emanuel Jorge Mendes da Rocha quer proibir a comercialização e utilização de objetos de qualquer natureza que emitam raio laser. Nesse sentido, protocolou no Departamento Legislativo da Câmara, o projeto de lei 236/2011, proibindo em todo o município de Niterói a venda de canetas, lanternas, chaveiros ou similares, com emissão de raio laser.

Se aprovada a proposta, os infratores receberão multas, cujos valores serão arbitrados pelo Poder Executivo; terão as mercadorias apreendidas; e, em caso de reincidência, a cassação do alvará de localização e funcionamento.

“A imprensa tem noticiado, insistentemente, o mau uso desses equipamentos em praças públicas, campos de futebol e grandes eventos com aglomeração de público. Como se não bastasse, meios de comunicação têm noticiado acidentes entre veículos com vítimas, em outros países, bem como cegueira de pessoas e animais domésticos, produzidos pela incidência do laser sobre os olhos”, justifica o autor da lei. O vereador Emanuel Rocha é advogado e ocupa função na Mesa Diretora da Câmara de primeiro-secretário.

2620-7313
Gabinete 80
dremanuelrocha@predialnet.com.br



Gallo (PDT)

Luiz Carlos Gallo de Freitas aguarda análise das comissões sobre o projeto de lei 76/2011, criando em Niterói áreas de lazer para banho de mar de deficientes físicos, através de parceria do município com universidades.

Como unidade piloto para implantação do projeto, fica designada área das praias de Adão e Eva, por serem de águas tranquilas e já conter rampas para acesso, que é parte do equipamento necessário à implantação e execução do projeto. Pela proposta todas as despesas, tanto na instalação quanto no decorrer das atividades, estarão a cargo do parceiro gestor do espaço, não trazendo nenhum ônus financeiro ao Poder Executivo.

“O ser humano, independente de sexo, raça, religião, posição social e condição física deve, antes de mais nada, ter respeitada sua dignidade e o direito de ir e vir. As pessoas portadoras de deficiência física precisam ser mais valorizadas. Os deficientes, independente de sua vontade, diariamente enfrentam dificuldades de locomoção e acesso a locais de uso comum e a tentativa de minimizar esse problema para os portadores de deficiência justifica este projeto”, disse.

2620-4729
Gabinete 47
vereadorgallo@euvotogallo.com.br



NO PLENÁRIO



João Gustavo (PMDB)

João Gustavo Braga Xavier Pereira protocolou os projetos de lei 267 e 268, ambos de 2011, instituindo duas datas comemorativas no calendário oficial da cidade. O primeiro, cria o Dia Municipal do Idoso, a ser celebrado anualmente no dia 27 de setembro; e o segundo, o Dia Municipal do Veterinário, a ser comemorado em 9 de setembro.

Sobre a primeira data, diz que “ainda é grande a desinformação sobre o idoso e as particularidades do envelhecimento em nosso contexto social. O envelhecimento humano quase nunca foi estudado. Poucas escolas no país criaram cursos para auxiliar as pessoas mais velhas. Uma prova disso é que, até um tempo atrás, o médico que quisesse se especializar em geriatria precisava estudar na Europa”.

Em relação aos veterinários, justifica que eles “desenvolvem um vasto leque de atividades. Além do diagnóstico e tratamento de doenças em animais, estes profissionais podem fazer investigação no âmbito da saúde animal, intervir na fabricação de alimentos, medicamentos e produtos cosméticos e realizar inspeções sanitárias com vista a defender a saúde pública, entre outras funções”.

2620-3732

Gabinete 58

gabinete@vereadorjoagustavo.com.br



José Augusto Vicente (PPS)

José Augusto Tavares Vicente pretende disciplinar o uso de som no interior dos veículos automotivos em toda a cidade. Para tanto, protocolou o projeto de lei 249/2011 proibindo a propagação de som em locais públicos, cuja entrada ou permanência de pessoas se dê de forma gratuita para o exercício de atividades de esporte e lazer, notadamente praias e respectivos calçadões, praças, parques e quadras esportivas.

Para efeito desta lei, entende-se como propagação de som automotivo o uso de aparelhagem específica de recepção e reprodução sonora com o auxílio de auto falantes, em limites que ultrapassem o ambiente interno dos veículos abertos ou com sonorização externa.

“O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) estabeleceu que o limite permitido para aparelho de som veicular é de 104 decibéis. Desta forma, fica evidente que a proposta em tela obedece ao mesmo princípio da legislação federal, na medida em que visa resguardar e proteger o mesmo bem, a saúde e a segurança pública”, justificou o autor. Aprovada a lei, o município deverá afixar placas nos locais públicos informando sobre suas exigências.

2613-6718

Gabinete 85

joseaugustovicente@hotmail.com



Leonardo Giordano (PT)

Leonardo Soares Giordano apresentou proposta para colocação de cartazes informativos sobre a validade de produtos comercializados em Niterói. Pelo projeto de lei 239/2011 os supermercados e demais pontos comerciais que vendem produtos perecíveis, de qualquer natureza, deverão afixar cartazes com informações técnicas sobre a validade de cada um.

Os cartazes deverão, ainda, conter informações educativas sobre a existência de validade dos produtos alimentícios, bem como orientarão os consumidores para verificar se os produtos estão dentro do prazo apropriado para o consumo, bem como sobre as consequências da utilização das mercadorias após o prazo fixado na embalagem.

“Muitos são os males provocados às pessoas que consomem alimentos estragados ou fora de validade. Graves, também, podem ser as consequências da utilização de materiais de limpeza, de higiene pessoal e toda a sorte de mercadorias perecíveis quando não observamos o prazo de validade contido na embalagem”, explica Giordano. O estabelecimento que descumprir a lei poderá ser multado em até R\$ 1 mil.

2620-6754

Gabinete 72

vereador@leonardogiordano.com.br



Magaldi (PP)

Carlos Alberto Pinto Magaldi tem apresentado uma série de indicações solicitando melhorias no sistema viário e na segurança do bairro do Fonseca. Em setembro o vereador pediu à Prefeitura de Niterói para que providenciasse, junto à Empresa de Moradia, Urbanização e Saneamento (Emusa), a limpeza das luminárias ao longo da Alameda São Boaventura e ruas transversais.

“As luminárias se encontrarem sujas, com resíduos de insetos mortos e muita fuligem provocada pela poluição. Isso torna a luminosidade fraca e propicia a ação de marginais”, disse Magaldi.

Em outra solicitação pede que o Departamento de Parques e Jardins realize a poda das árvores da Alameda. “São coisas simples e de fácil solução. As placas indicativas de trânsito ficam encobertas e os galhos atrapalham a iluminação”, justifica.

O vereador também acompanha a proposta de construção de um viaduto sobre o canal da Alameda, o que para ele pode decretar a falência total do bairro e um prejuízo incalculável para moradores e comerciantes. O vereador também pede que o tráfego de caminhões seja melhor disciplinado na via.

2622-9760

Gabinete 44

vereadormagaldi@yahoo.com.br



Padre Ricardo (PDT)

Wilde Ricardo Rocha, o Padre Ricardo, quer instituir o dia 23 de março como o Dia Municipal de Atenção às Doenças Raras e Degenerativas em Niterói. O projeto de lei 257/2011, de sua autoria, prevê que a Fundação Municipal de Saúde promoverá neste dia, durante a semana ou no mês de celebração, campanhas de conscientização, cujo objetivo será o de informar à população sobre estas doenças e como ajudar no tratamento.

Os eventos e atividades da campanha poderão ser realizados em parceria com hospitais, universidades públicas e privadas, órgãos públicos da área de saúde, educação e ação social, além de entidades representativas da sociedade civil, como igrejas, laboratórios, sindicatos e empresas do município.

“São conhecidos casos desta doença em nosso município. O tratamento é muito caro e hoje é subsidiado pelo Sistema Único de Saúde. É preciso maior atenção pelo nosso município sobre o assunto, por isso sugerimos que neste dia, sejam promovidas discussões sobre o tema visando informar nossa sociedade sobre tais doenças e como promover o tratamento”, explica Padre Ricardo.

2620-0196

Gabinete 35

vereador.padrericardo@gmail.com



Renatinho (PSOL)

Gezivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho, apresentou o projeto de lei 271/2011 obrigando que os novos projetos de construção ou de reforma em espaço público deverão ter acesso para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A medida vale para calçadas, passeios, calçadas, jardins, praças, rampas, escadarias e estacionamentos.

Pela proposta, toda calçada deverá ser nivelada evitando o auge e o declive, devendo conter, em toda a sua extensão, piso tátil direcional e de alerta, conforme parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. As rampas de acesso à garagem deverão ser construídas a partir do meio-fio, avançando no máximo quarenta centímetros da calçada.

“O presente projeto tem por finalidade adequar, mais fielmente, as calçadas de Niterói ao que é estabelecido como critério básico para a promoção da acessibilidade. A lei é de extrema importância para pessoas com deficiência, em especial aquelas com deficiência visual, pois que o piso tátil serve para orientar o percurso e sinalizar o perigo para estas pessoas”, justifica Renatinho.

2620-5074

Gabinete 68

mandatorenatinho@yahoo.com.br



NO PLENÁRIO



Renato Cariello (PDT)

Renato Ferreira de Oliveira Cariello, presidente da Comissão de Segurança e Controle Urbano, apresentou o projeto de lei 27/2011, tornando obrigatória a instalação de câmeras de vídeo em hospitais, clínicas, maternidades, berçários e unidades de terapia intensiva neonatal.

A medida vai valer para unidades públicas ou privadas de Niterói. O equipamento funcionará ininterruptamente, fazendo o monitoramento das áreas de atendimento, nos corredores, entrada e saída dos hospitais, bem como demais áreas de uso comum.

“O projeto tem o objetivo de proporcionar, não só maior segurança, como tranquilidade aos pacientes e familiares usuários do sistema de saúde em nosso município. É sabido por muitos os diversos casos de descuido e negligência por parte de entidades que não têm o controle de entrada e saída dos usuários”, justifica o autor da lei.

As imagens captadas deverão ser gravadas em fitas magnéticas, sendo essas fitas gravadas separadas por data de filmagem e mantidas em arquivo por um prazo de até 30 dias.

2620-7935

Gabinete 67

renatocariello@oi.com.br



Rodrigo Farah (PRP)

Rodrigo Flach Farah apresentou proposta de lei para que os veículos de transporte escolar do município de Niterói, contratados para conduzir o aluno entre a residência e o estabelecimento de ensino em que esteja regularmente matriculado, e vice-versa, contenham cartaz exibindo os números de telefone da Ouvidoria Municipal e da Secretaria de Trânsito e Transporte.

Os veículos devem estar regulamentados pelos decretos municipais 7.675 e 7.583, ambos de 1997.

O projeto de lei, que recebeu o número 23/2011, aguarda parecer das comissões especializadas que analisam o tema. Os cartazes deverão possuir dimensões mínimas de 80cm por 50cm e caracteres compatíveis que garantam a sua visualização à distância. Devem ficar, na parte externa, em locais de fácil visualização ao público em geral; e, na parte interna, por seus passageiros. O descumprimento da lei, se aprovada pela Câmara, implicará advertência, com adequação integral no prazo máximo de 30 dias; e multa. As empresas, cooperativas e autônomos deverão adequar-se no prazo de 90 dias, a contar da publicação desta lei.

2613-6832

Gabinete 42

vereadorrodriгоfarah@gmail.com



Sérgio Fernandes (PDT)

Sérgio Fernando Damas Fernandes, que ocupa a função de segundo secretário da Mesa Diretora da Câmara, apresentou indicações legislativas em setembro. Entre elas, está a que solicita ao Poder Executivo municipal, através da Fundação Municipal Saúde, para que o Centro de Controle de Zoonoses realize o serviço de desratização na Rua Juciara, na Ilha da Conceição.

Outra indicação de sua autoria pede que a Diretoria de Iluminação Pública de Niterói faça a substituição de lâmpadas queimadas e a implantação de novos pontos de luz na Travessa do Holofote, no Barreto.

Também há outra cobrando mais ação da Prefeitura, para que, através da Companhia de Limpeza de Niterói, seja enviada uma equipe de trabalhadores para retirar o lixo e entulho espalhado na Comunidade do Holofote.

É do vereador, ainda, o pedido para que a Empresa Municipal de Urbanização e Saneamento (Emusa) proceda à desobstrução dos bueiros localizados na Travessa Capitão Mário Tinoco, e na Rua João de Deus Freitas, ambas no Barreto.

2613-6782

Gabinete 51

vereadorsergiofernandes@yahoo.com.br



Vitor Júnior (PT)

José Vitor Vieira Bissonho Junior acompanha a análise do projeto de lei 177/2011, de sua autoria, criando o Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social no âmbito das ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Para efeitos desta resolução, são consideradas pessoas em situação de rua o grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Também estão incluídos os que utilizam os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite ou como moradia provisória.

O vereador considera que a questão da população em situação de rua deve ser entendida “como o resultado da exclusão social, sendo multifatorial e o seu enfrentamento deve acontecer no âmbito de todas as políticas setoriais”. O Serviço em Abordagem Social é localizado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

2613-6797

Gabinete 21

vereadorvitorjunior@gmail.com



Waldeck Carneiro (PT)

Waldeck Carneiro da Silva acompanha a tramitação do projeto de lei 265/2011, que institui a Semana Municipal de Promoção da Língua Brasileira de Sinais (Libras), no calendário oficial de datas e eventos de Niterói. Pelo projeto, a data será comemorada, anualmente, na última semana de setembro.

“Com trabalhos importantes na área da inclusão da pessoa surda, em sua rede pública de educação e em entidades especializadas, Niterói pode avançar ainda mais difundindo a importância do uso da Libras, bem como valorizando os profissionais que empregam, em seu trabalho, essa ferramenta linguística”, diz Waldeck.

A ideia de a Semana Municipal ser em setembro, segundo o vereador, “visa dialogar com outra significativa data para a comunidade surda, que é o dia 26 de setembro, declarado Dia Nacional dos Surdos”.

As campanhas propostas pela Semana também enfatizarão a importância da valorização dos tradutores-intérpretes e dos professores da linguagem de sinais. A Libras é reconhecida pela Lei 10.436, de 2002, como a língua oficial da pessoa surda no Brasil.

2621-0505

Gabinete 11

vereadorwaldeck@gmail.com



Zaff (PDT)

José Antônio Toro Fernandez, o Zaff, protocolou e aguarda parecer das comissões para o projeto de lei 262/2011. A iniciativa institui no calendário oficial da cidade a Semana da Biodiversidade, a ser comemorada na segunda semana do mês de novembro.

O evento deverá ser promovido, organizado e incentivado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade, através de apoio das secretarias regionais e participação da sociedade civil.

“É fundamental a ação afirmativa do poder público como propulsor da educação ambiental no processo de reverter o quadro de degradação da biodiversidade. Primeiro, através da informação aos atores sociais, pois eles são os mais interessados e os que vão se beneficiar da reversão do quadro. Segundo, implantar uma metodologia que envolva a todos numa grande parceria de dignidade e cidadania. Em terceiro, mostrar que quando todos estão voltados para um mesmo objetivo, a energia é sempre positiva”, justifica Zaff. A Semana deverá promover seminários, palestras, peças teatrais, espetáculos e cursos sobre o tema.

2620-1321

Gabinete 89

zaff@zaff.com.br



Drogas e sexo em debate

A polêmica envolvendo uso de drogas, descoberta da sexualidade, violência nos meios de comunicação, agressividade em família, rendimento escolar e procura de um caminho profissional são alguns dos temas relacionados a crianças e jovens que serão debatidos durante a palestra “Soluções para pais de adolescentes: novas trilhas”, que será realizada na Câmara de Vereadores, dia 4 de novembro, das 19h às 21h, no plenário da Casa.

Organizada pela equipe multidisciplinar da Divisão Médica da Câmara, tem como objetivo identificar de onde vêm os problemas de relacionamento. “As escolas bombardeiam os pais com problemas de toda sorte. As crianças têm um comportamento inquietante por natureza. Queremos dar um suporte aos pais para ajudar na busca de soluções”, diz o médico Lúcio Abbondati Junior, clínico geral, autor de livros sobre o tema e um dos palestrantes.



A enfermeira Salisa Roberta presta atendimento a uma funcionária da Câmara no trailer do Hospital Silvestre

Formada também pelas psicólogas Leila Tórtora e Vânia Lucia Magalhães, a equipe de palestrantes assegura que é preciso aprender a diferença entre autoridade e autoritarismo. “Os pais precisam mudar o conceito que fazem do mundo, sem isso continuarão perdidos com o que fazer com os filhos. A escola atual não cumpre mais o seu papel de educar. As informações hoje chegam de todos os cantos, menos da escola”, ressalta Leila Tórtora.

Outra integrante da equipe, a palestrante motivacional e escritora Lúcia Vasconcellos, diz que a demanda de informações sobre o assunto é muito grande. “Castigo total ou liberdade total? É correto compensar a ausência dos pais, por conta da vida agitada, com presentes? O perfil profissional mudou, os conceitos são outros, os tabus estão caindo. Tudo é novo. Temos que saber como agir. Após a palestra, os pais que mostrarem interesse serão cadastrados e po-

derão ser acompanhados”, disse Lúcia. Também faz parte da equipe a psicóloga e grafóloga Vânia Magalhães Bastos.

Prevenção de câncer ginecológico

A Câmara de Vereadores realizou em setembro 76 exames para detectar o câncer do colo do útero e de mama em mulheres. Através de convênio com o Hospital Adventista Silvestre e a Secretaria de Saúde de Niterói, um trailer equipado para a realização de exame ginecológico atendeu de segunda a quinta-feira. O serviço será prestado novamente na última semana de outubro e na primeira de novembro. Nesta segunda fase, os homens também poderão realizar o teste de PSA através de exame de sangue, para avaliar a próstata.

A equipe do Hospital Adventista trouxe o trailer à Câmara de Niterói por iniciativa do vereador Emanuel Rocha.

Conselho Tutelar toma posse na Câmara

Os 15 conselheiros tutelares eleitos em setembro vão tomar posse no Plenário Brígido Tinoco, da Câmara de Vereadores, dia 10, às 17 horas. Todos cumprirão mandato de três anos (2012 a 2014). Criado a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar de Niterói tem como atribuições atender e aconselhar pais e responsáveis na aplicação das medidas previstas pelo Estatuto, assim como apresentar à Justiça casos de descumprimento da lei, entre outras funções específicas.

A eleição de 11 de setembro, que teve número histórico de votantes, com um total de 12.567 votos válidos, escolheu os integrantes para os três Conselhos da cidade, cada um com cinco membros. Ao todo, 68 candidatos participaram do processo, sendo 23 para o Conselho I, 19 para o Conselho II e 26 para o Conselho III. O Centro-Sul agora é composto por Raquel Ferreira, Katia Regina Dias Santa Rosa, Raphael Lírio Guimarães, Alan Carlos de Oliveira Inácio e Juliana de Jesus Soares Inácio.

No da Região Oceânica fazem parte André

dos Santos Cordeiro, Manuel Amâncio dos Santos, Alba Valéria, Márcia Cristina Melo dos Santos e Renato Santos da Cunha. E no Conselho Região Norte estão Ezequiel Tomé Braça, Jhonatan Costa dos Anjos, Fabiano Silveira da Silva, Fabiane Ribeiro de Oliveira Borges e Luciana Rosa dos Santos.

Os conselheiros tutelares trabalham em dedicação exclusiva, com carga horária de 30 horas semanais de atuação no Conselho, acrescido dos plantões de seis horas nos finais de semana e feriados.

LOA prevê a arrecadação de R\$ 1,4 bilhão

A Prefeitura de Niterói estima arrecadar R\$ 1,4 bilhão no próximo ano, conforme prevê a lei orçamentária anual (LOA) que o Prefeito Jorge Roberto Silveira remeteu à Câmara no último dia de setembro. A mensagem será discutida em três audiências públicas, receberá emendas e estima-se que será votada até 15 de dezembro, quando a Câmara entrará em recesso.

Novamente a maior parte da receita será destinada para gastos com a área de saúde, onde serão investidos cerca de R\$ 282 milhões. Em segundo lugar está a área de educação com investimentos de R\$ 219 milhões. Urbanismo, com investimentos previstos em R\$ 206 milhões, e Saneamento, com R\$ 106 milhões,

Codecon acerta com ANS fiscalização de planos de Saúde

A Coordenadoria de Defesa do Consumidor (Codecon) da Câmara de Vereadores firmou convênio de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde (ANS). Pelo acordo, a Codecon terá atuação integrada, com vistas a garantir a proteção e defesa dos direitos do consumidor de planos privados de saúde, bem como produzir informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória. A advogada Marta Menezes, coordenadora da Codecon, que representou a Câmara no ato da assinatura, não tem dúvidas de que a população sai beneficiada.

— Através deste acordo podemos melhorar o acesso à informação, identificar os problemas do mercado de saúde suplementar e facilitar sua resolução. Os direitos e deveres, tanto do associado quanto da empresa ficarão mais explícitos — disse Marta.

O acordo técnico faz parte do Projeto Parceiros da Cidadania, desenvolvido pela ANS, e envolve também a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e o Procon estadual. “Só para se ter ideia, como resultado imediato, a Defensoria Pública passará a informar a ANS, diariamente, sobre todos os casos de negativa de cobertura de procedimento de urgência e de emergência registrados no órgão. Essa troca de informações, envolvendo também o Procon, será fundamental para ajudar a resolver a grande demanda de reclamações

são áreas em que os investimentos serão concentrados.

A mensagem orçamentária prevê, ainda, gastos de R\$ 169 milhões com a seguridade social e R\$ 19 milhões para reserva de contingência. O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) continua a ser a principal fonte de arrecadação de impostos municipais, com estimativa de R\$ 203 milhões, seguido pelo Imposto Sobre Serviços (ISS), que deverá arrecadar em 2012 cerca de R\$ 186 milhões. Pela proposta orçamentária, a receita municipal sofreu reajuste de 5,8%, tendo como base o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) projetado para este ano.

A proposta orçamentária pode ser consultada na íntegra no site da Câmara de Vereadores de Niterói no endereço eletrônico www.camaraniteroi.rj.gov.br. A sociedade pode propor emendas ao orçamento apresentando suas sugestões à Comissão de Finanças e Orçamento, que fará a avaliação de todas as propostas a fim de escolher as que poderão ser levadas a voto em plenário. “No ano passado recebemos, após três audiências públicas, 185 emendas. Nem todas foram aprovadas, já que na maioria dos casos feriam a Constituição Federal, porém estamos à disposição para as opiniões e sugestões que a sociedade desejar fazer”, afirma Carlos Macedo, líder do governo na Câmara e presidente da comissão de Finanças e Orçamento.

ANTES DE PROCURAR A CODECON
Retorne à loja que vendeu o produto e faça uma reclamação por escrito.

CASO NÃO RESOLVA
Procure a Codecon com a carteira de identidade, CPF, nota fiscal, recibo ou contrato de prestação de serviço.

TELEFONES: 2620-0431 e 2613-6705

**ENDEREÇO: Avenida Amaral Peixoto 625 –
Nos fundos da Câmara de Vereadores**

EMAIL: codecon.nit@gmail.com

de clientes de planos de saúde”, destaca Marta.

A partir de agora técnicos da Codecon serão treinados por equipes da ANS, vão realizar ações conjuntas, elaborar projetos e potencializar a criação de canais de comunicação direta por meio do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, a ser instituído na Central de Relacionamento da ANS. Será construído um canal de informação para agilizar o atendimento das demandas para este setor. “Com esta parceria vamos promover seminários temáticos para discutir assuntos da saúde suplementar, das relações de consumo, reajuste de planos de saúde, alienações de carteira, operadoras em regime especial, rede credenciada, perfil do consumidor dos planos e sua reclamação. É um passo a mais na prestação de serviços que a Câmara está dando”, ressalta Marta.



Araribóia foi o primeiro servidor público do Brasil

Em 28 de outubro é comemorado em todo o Brasil o Dia do Servidor Público. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, foi formado o embrião da máquina administrativa estatal conforme a conhecemos nos dias atuais. São, portanto, 203 anos de funcionalismo público. Na Câmara de Vereadores, que completou 192 anos em agosto, Francisco Faria Homem é considerado o primeiro funcionário público do legislativo niteroiense. A nível nacional, alguns historiadores consideram o índio Araribóia, fundador de Niterói, como o primeiro funcionário público do Brasil.

Francisco Faria Homem, diferentemente do que acontece hoje, não foi nomeado ou passou por concurso público. Sua entrada na Câmara Municipal da Vila Real da Praia Grande deu-se por eleição. A população votou para escolher os três primeiros vereadores e também o primeiro funcionário. Um sorteio entre os escolhidos acabou definindo o nome de Faria Homem. Dois dias depois foram nomeados os alcaides e almotaces (espécie de secretários).

Proprietário de terras, comerciante e respeitado pela comunidade, Faria Homem morava no bairro do Baldeador. Sua nomeação foi assinada por José Clemente Pereira. Coube a este primeiro servidor também ser o primeiro procurador e chefe do Arquivo de Documentação da Câmara.

Em sua monografia, a professora Maristela Chicharo de Campos, da Universidade Federal Fluminense, conta que, em 1819, Faria Homem assistiu a instalação do pelourinho da Vila e assinou presença na ata da Câmara. Ficou no cargo de procurador entre 1819 e 1823, ocasião em que cobriu o déficit dos cofres da instituição com recursos próprios, sendo reembolsado no ano seguinte.

Em 1821 fez juramento prévio à Constituição portuguesa. Depois, já como sargento-mor, doou dois milheiros de telhas para a construção da Casa de Câmara e Cadeia. Nas eleições paroquiais foi escolhido como um dos primeiros eleitores que elegeriam os deputados da Assembleia Constituinte. Em 1824 assumiu o posto de tesoureiro, sendo renomeado para o cargo, em 1828, pela Mesa do Desembargo.

Araribóia recebia 12 mil réis pagos pelos portugueses

Segundo o pesquisador Rubens Carrilho, chefe do Arquivo de Documentação da Câmara, alguns historiadores consideram Araribóia o primeiro funcionário público brasileiro.

“O líder temiminó ocupava posição de destaque entre os portugueses, era um intermediário entre autoridades portuguesas e indígenas. A aliança com os portugueses era fundamental para alguns grupos indígenas, pois representava segurança frente a outras aldeias”, conta Carrilho.

Araribóia, batizado pelos colonizadores como Martim Afonso de Souza, recebia, já em 1573, uma tença, espécie de pensão no valor de 12 mil réis. Antes de Araribóia apenas os portugueses recebiam salários. Foi agraciado com o posto de capitão-mor da Aldeia de São Lourenço e tornou-se proprietário de casas na Rua Direita (atual 1º de Março), onde residiam os notáveis do Rio de Janeiro, incluindo o governador. “O casamento de Araribóia foi realizado com grande pompa, só vista em caso de altos mandatários do Reino. Com a morte dele o cargo hereditário de capitão-mor passou a ser ocupado por seus descendentes. As petições encaminhadas ao rei sempre mencionavam o nome do índio, identificando-se pelo nome de batismo e pela aldeia em que moravam”, diz Rubens.



Dia do Servidor foi instituído por Getúlio Vargas em 1943

Com o Brasil independente, transformado em Império e depois em República, governos e governantes vieram e passaram. Apenas os funcionários permaneceram. Tanto no período da ditadura militar ou na Democracia, a máquina pública jamais deixou de funcionar.

O cargo de funcionário público sempre foi muito procurado. A cada novo concurso, milhares de candidatos sempre buscam uma vaga em instituições federais, estaduais e municipais. O Dia do Funcionário foi instituído por Getúlio Vargas em 1943. Em 1990, com o surgimento do novo Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a denominação de funcionário foi substituída pela de servidor.